



ASCEMA NACIONAL REAFIRMA SER CONTRA TERCEIRIZAÇÃO/PRECARIZAÇÃO DO SERVIÇO PÚBLICO

A ASCEMA Nacional, entidade nacional representativa dos servidores públicos ambientais da CEMA/PECMA, que compõem o MMA, IBAMA e ICMBio e SFB, reafirma a importância da manutenção do diálogo tanto com os órgãos institucionais quanto com os servidores que representa nacionalmente assim como o compromisso com serviços públicos de qualidade.

Nesse sentido, e em conformidade com as pautas e assuntos tratados ao longo de 20 (vinte) anos de existência da entidade e em meio ao cenário de reforma administrativa e ataques às políticas ambientais, por meio desta nota, vem informar aos nossos associados e à sociedade que está buscando, por via judicial após busca por diálogo com as instâncias de governo por concursos e contra a terceirização ilegal de trabalhadores para executarem atividades típicas dos cargos da Carreira de Especialista em Meio Ambiente e do PECMA, provocar a melhoria de nossas instituições e consequentemente dos serviços prestados à sociedade em tempos de emergência climática.

Belos discursos feitos em arenas internacionais não bastam quando no dia a dia assistimos a falta de continuidade adequada dos trabalhos por falta de recursos humanos que se tenta mascarar por meio de contratações precárias que submetem trabalhadores com direitos e remunerações inadequadas. Fora isso, ainda os trabalhadores temporários e terceirizados, muitas vezes recebem treinamento e, quando poderiam melhor desenvolver as atividades por experiência adquirida, recebem a dispensa de seus serviços.

A ASCEMA Nacional questionou a adesão do ICMBio a uma ata de contratação de terceirizados e a justiça deu ganho de causa à Associação. Essa vitória é um ganho na luta do serviço público federal que vem sendo precarizado pela ideologia liberal desde os anos 90. Por esse motivo, o Conselho de Entidades representativas que compõem a ASCEMA Nacional deliberou pela entrada em ações judiciais sempre que configurar cenários de ataques ao Estado Brasileiro, sendo inegociável essa defesa. Esperamos com isso que os sucessivos governos mudem a prática de precarização das instituições ambientais e os discursos da administração central federal se transformem em práticas.

Ratificamos que a Ascema Nacional e suas filiadas representam os interesses dos servidores da CEMA e do PECMA com o fortalecimento e reconhecimento dos mesmos, garantindo que suas atribuições somente sejam exercidas por servidores da carreira, em obediência à Lei nº 10.410/2002. A Ascema tem interesse SIM de negociar com os representantes das gestões do MMA, IBAMA, SFB e ICMBio em relação a regulamentação da “indenização de campo”, que já causa prejuízo financeiro há 10 (dez) anos aos servidores da carreira, pela inércia da gestão e que no ICMBio não crie empecilhos para que os

servidores principalmente das UC's (Unidades de Conservação) tenham direito a receber, principalmente por causa do modelo implementado pela gestão com a criação das NGI's (Núcleo de Gestão Integrada); retornar a garantia do espelho da carreira para o PECMA; resolver a questão da progressão/promoção aos servidores do IBAMA; dar o direito aos servidores do IBAMA do último concurso nos mesmos moldes que foi concedido aos servidores do ICMBio; agilizar os encaminhamentos para que tão logo ocorra a aprovação do PL 6170/2025 seja regulamentado, de imediato, a indenização de fronteira; melhorar o formato do PGD (Programa de Gestão e Desempenho) nos Órgãos ambientais; garantir que as regras relacionadas ao recebimento da GDAEM (Gratificação de Desempenho de Atividades de Especialista Ambiental) não sejam modificadas de forma a prejudicar os servidores, principalmente os servidores portariados para atuar também como fiscais do IBAMA e outros temas que são importantes para a carreira e o PECMA.

Por fim, da mesma forma ocorrida com o ICMBio, a ASCEMA Nacional buscou entendimentos com a gestão atual, por questões de problemas em relação à terceirização, onde trabalhadores de fora da carreira exerciam as atribuições inerentes aos servidores da carreira. Entendemos que todos os cargos da carreira ambiental têm sua importância, independentemente que seja administrativo ou ambiental. Foi deliberado por novos ajuizamentos após discussões no Conselho de Entidades da ASCEMA Nacional. Defendemos o concurso público! Não defendemos somente a garantia de um meio ambiente para as próximas gerações conforme estabelecido no art. 225 da Constituição Federal. Buscamos atuar para que cada servidor que se aposente, mantenha seus direitos conquistados no decorrer do tempo de trabalho e, que a reposição dessa vaga seja feita por concurso, com a entrada de novos servidores, tendo remuneração condizente com a importância das nossas atribuições e com ambiente de trabalho digno!

Brasília, 27/12/2025

ASCEMA Nacional